

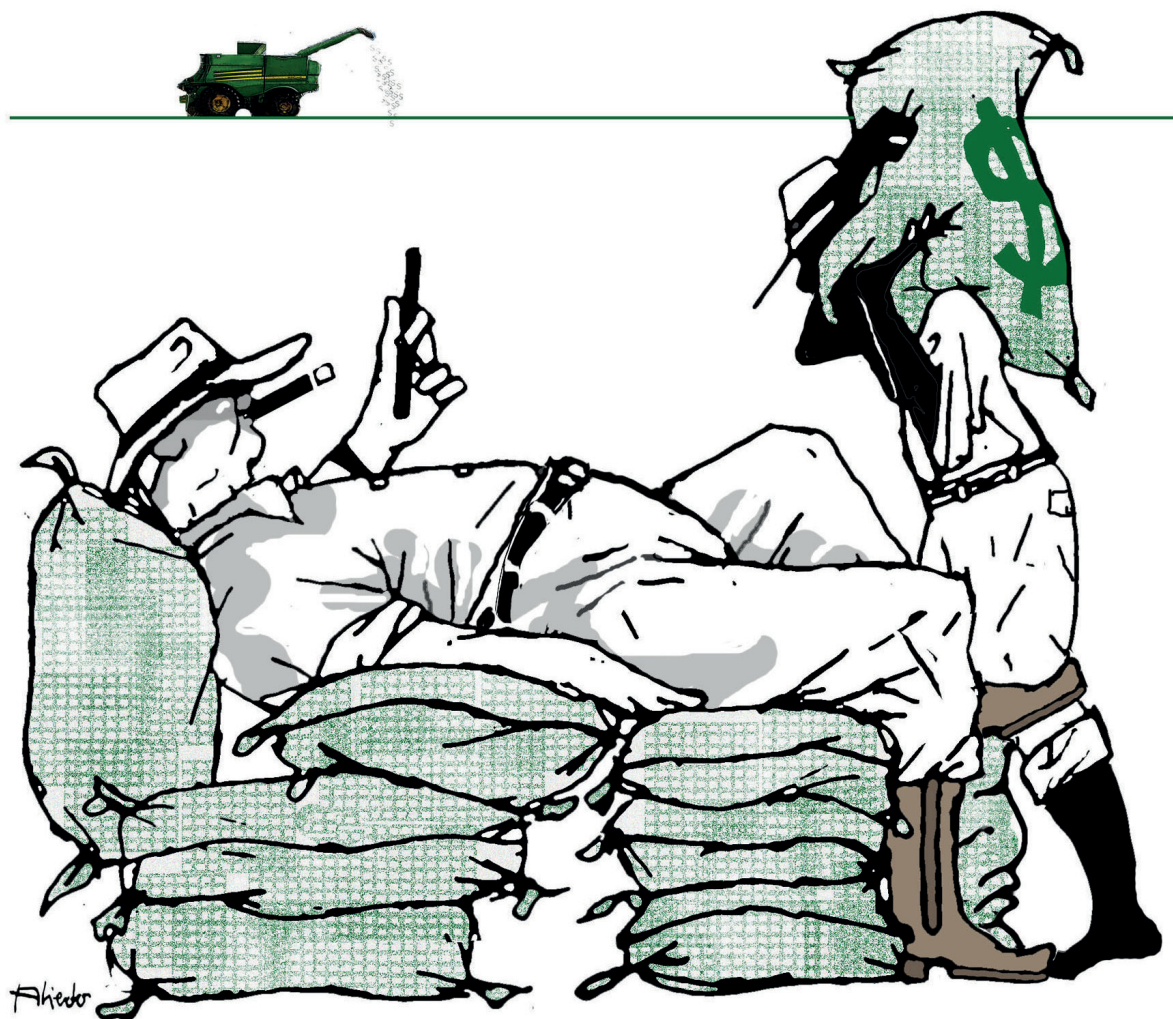
JE

Jornal dos Economistas

Nº 375 Novembro de 2020

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Agronegócio e meio ambiente



João Pedro Stédile, Carlos M. Guedes de Guedes, Maria Lucia Falcón, Gustavo Souto de Noronha, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Luiza Dulci, Sérgio Sauer e Patrícia da Silva avaliam os impactos econômicos do aprofundamento do modelo do agronegócio e da devastação do meio ambiente no Brasil.

Artigo do Fórum trata da assistência social da prefeitura durante a pandemia

Agronegócio e meio ambiente

Os séculos se passam e o Brasil não consegue converter seu imenso potencial agrícola e mineral em riqueza para o conjunto da sociedade e ainda assiste a uma escalada sem precedentes de destruição ambiental.

João Stédile, em entrevista, detalha os três modelos de negócios predominantes no campo brasileiro e seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

Carlos Guedes de Guedes, ex-presidente do Incra, constata que qualquer palmo de terra no Brasil está à disposição para expansão. O crescimento pelas inovações tecnológicas do agronegócio funciona a favor de poucos e produz concentração, desigualdade, poluição, desmatamento e redução de cultivos alimentares.

Maria Lucia Falcón, da Universidade de Santiago de Compostela, prevê que, se o país elevar a produtividade com uma agricultura em rede com novas tecnologias e práticas ecológicas, e se os hábitos de consumo se tornarem mais conscientes, não será necessário derrubar a floresta, nem queimar o Pantanal.

Gustavo Noronha, da Universidade Estácio de Sá, afirma que o Brasil é o país da reforma agrária perene, muito falada, mas nunca efetivada. Ele sugere retomar essa agenda indispensável ao desenvolvimento começando pelas terras das 77 empresas com dívidas acima de R\$100 milhões, de autores de crimes ambientais e de envolvidos com corrupção política.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, da UFF, discorre sobre a cobiça internacional pela Amazônia, que abriga a maior bacia hidrográfica e a mais extensa, densa e biodiversa formação botânica do planeta. Do engenho de açúcar ao trator-computador, modernidade tecnológica, injustiça social e devastação ambiental são uma boa síntese de nossa formação territorial.

Luiza Dulci, da UFRRJ, pergunta quais são as possibilidades do país que celebra o título de celeiro do mundo, mas tem a renda da sua produção mineral e agropecuária capturada por multinacionais, que pouco contribuem para sua economia. É preciso reorganizar o sistema agroalimentar e o lugar da terra em nossa sociedade.

Sérgio Sauer e Patrícia da Silva, da UnB, apontam que o governo Bolsonaro enfraquece os órgãos públicos, desmonta o aparato jurídico de proteção, flexibiliza a legislação e militariza o patrimônio ambiental brasileiro, o que resulta no aumento de incêndios na Amazônia e Pantanal, desmatamento e conflitos fundiários.

O Fórum dedica mais um artigo ao tema dos efeitos da pandemia no município, no qual analisa o sistema de assistência social da prefeitura.

Sumário

Entrevista: João Stédile.....	3
“O agronegócio não produz alimentos para o povo, destrói o meio ambiente e 67% da sua renda é acumulada pelas corporações internacionais”	
Agronegócio e meio ambiente	4
Uma outra economia para reverter a desigualdade no rural brasileiro	
<i>Carlos M. Guedes de Guedes</i>	
Agronegócio e meio ambiente	6
Agricultura em rede: transformação ecológica e digital no campo	
<i>Maria Lucia Falcón</i>	
Agronegócio e meio ambiente	8
Retomando a reforma agrária	
<i>Gustavo Souto de Noronha</i>	
Agronegócio e meio ambiente	10
A Amazônia não está à venda	
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	
Agronegócio e meio ambiente	11
A Questão da Terra – que não é plana, mas planeta	
<i>Luiza Dulci</i>	
Agronegócio e meio ambiente	12
“O boi é bombeiro” do Pantanal: negacionismo e militarização da crise ambiental no Brasil	
<i>Sérgio Sauer e Patrícia da Silva</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
O desalinho da política assistencial carioca frente à pandemia	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 9h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa e José Ricardo de Moraes Lopes. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

“O agronegócio não produz alimentos para o povo, destrói o meio ambiente e 67% da sua renda é acumulada pelas corporações internacionais”

Graduado pela PUCRS e pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México, o economista João Stédile é fundador e membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e autor e coautor de diversos livros sobre a questão agrária e política.

P: O Brasil é o “celeiro do mundo”, mas parte dos brasileiros passa fome. Vamos continuar assim para sempre?

R: Desde o advento do neoliberalismo, como fase do capitalismo mundial dominada pelo capital financeiro e grandes corporações globalizadas, três projetos disputam os bens da natureza e a forma de produzir na agricultura brasileira. O primeiro modelo é do latifúndio atrasado, que quer apenas acumular de forma primitiva, se apropriando dos bens da natureza, terras, água, florestas, biodiversidade, minérios e petróleo. É esse capitalista que está na fronteira agrícola, em conflito com as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que vivem por lá há séculos. Eles não produzem nada, apenas se apropriam do lucro extraordinário de explorar a natureza e transformá-la em mercadoria. Acredito, pelos dados do IBGE, que estariam neste modelo não mais do que 30 mil capitalistas, mas por trás deles tem o capital financeiro, como Daniel Dantas, que comprou 600 mil hectares no sul do Pará. O segundo modelo é o do agronegócio. Tido como moderno. Ele repete o modelo do *plantation* colonial. Grandes extensões, monocultivo e produzem *commodities* para o mercado externo. Substituíram a mão de obra por grandes máquinas e pelo agrotóxico. Não produzem alimentos, produzem *commodities*, ou seja, uma mercadoria agrícola padronizada pelo capital. Cerca de 80% de toda produção do agrone-

gócio está concentrada em soja, milho, algodão, cana e pecuária bovina. E representam 65% de todo o PIB agrícola nacional. Pelos dados do IBGE, estima-se que há uns 40 mil fazendeiros com propriedades acima de mil hectares – entre eles, o maior é o ex-ministro Blairo Maggi, com 250 mil hectares – e outros 340 mil médios proprietários, que possuem de 100 a 1000 hectares.

Esse modelo não produz alimentos para o povo. Mesmo a carne bovina não faz parte da dieta diária do brasileiro, que consome majoritariamente proteína animal de aves e suínos. O monocultivo e o uso intensivo de agrotóxicos destroem a biodiversidade e o meio ambiente, contaminam as águas e a produção e atingem outros produtores. Há dois anos o sr. Galvao Bueno teve a safra dos seus 200 hectares de videiras no Sul perdida, porque foram contaminadas por agrotóxicos de fazendeiros de soja, seus vizinhos. Esse modelo é totalmente dependente do exterior, seja na compra dos insumos (fertilizantes, agrotóxicos, máquinas) quanto do mercado externo, que é controlado por poucas empresas transnacionais. O padrão de divisão da riqueza para os grãos produzidos pelo agronegócio brasileiro é o seguinte. Cerca de 67% da renda agrícola é acumulada pelas corporações internacionais, que fornecem os insumos e controlam a taxa de lucro na comercialização. O fazendeiro fica com apenas 12% da renda e os trabalhadores com só 8%. Os outros 13% se dividem entre impostos e juros para os bancos.

P: E a agricultura familiar?

R: É o terceiro modelo, baseado na mão de obra familiar, ainda que alguns se obriguem a se assalariar para o agronegócio em alguns períodos de safra. Produzem basicamente alimentos, primeiro para sua família, e ven-

dem o excedente. Cinco milhões de famílias ocupam apenas 20% das terras agrícolas. Sua lógica é de defesa da natureza, por que dependem do equilíbrio para terem boa produtividade, então respeitam a reserva florestal, as águas. Praticam uma policultura, que contribui para o equilíbrio com o meio ambiente. Nos anos dourados do Lula, a Conab chegou a comprar 367 tipos diferentes de alimentos da agricultura familiar, distribuídos para escolas, quartéis, presídios, associações de moradores etc. Esse é o único setor que produz alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, adotando a matriz tecnológica da agroecologia, e contribui para o equilíbrio climático, que interessa a toda a sociedade.

P: Como você avalia as políticas do governo Bolsonaro para o setor agrícola?

R: A Secretaria Especial de Assuntos Fundiários representa o projeto do latifúndio atrasado. Ricardo Salles é desta turma. Já o projeto do agronegócio está representado pela ministra da Agricultura. Nenhum deles resolve as necessidades objetivas do povo, que é ter acesso a alimentos, emprego, água. Toda a riqueza é carregada para grandes centros e para fora do país. As cidades do interior estão empobrecidas.

P: É possível conciliar o modelo do agronegócio com preservação ambiental?

R: Setores do agronegócio, por meio de seus intelectuais orgânicos, como o ex-ministro Roberto Rodrigues, defendem a adequação ao equilíbrio ambiental para que possam continuar disputando o mercado externo. A lógica é a de preservar florestas, áreas de preservação e até reflorestar. Acontece que todo o modelo está contaminado, com o uso de sementes transgênicas, agrotóxicos e contaminação das águas, e não tem como ser equilibrado. Eles teriam que



migrar para a agroecologia, como fez Paulo Diniz, filho do Abílio Diniz. Paulo foi morar na fazenda do pai de mais de 1.500 hectares, substituiu o monocultivo de cana pela agroecologia e hoje produz dezenas de produtos alimentícios saudáveis.

P: Houve algum avanço no processo de reforma agrária nos governos Temer e Bolsonaro?

R: A reforma agrária nunca existiu no Brasil. O único projeto verdadeiro foi o de Celso Furtado, que poderia ter integrado milhões de sem-terra à cidadania e teria impulsionado o mercado interno para a indústria. A resposta foi o golpe militar. O que tivemos nesses anos todos foram políticas de assentamentos rurais e projetos de colonização em terras públicas na fronteira agrícola, em especial na Amazônia Legal. Um dos períodos em que houve mais avanços foi no governo Sarney, devido à conjuntura política da redemocratização; o outro foi no segundo mandato do FHC, depois do massacre de Carajás. No governo Lula, avançamos mais em políticas de apoio à agricultura familiar. Com Temer e Bolsonaro, a reforma agrária e a política de assentamentos estão paradas.

Uma outra economia para reverter a desigualdade no rural brasileiro

Carlos M. Guedes de Guedes*

Já se anuncia que a safra de grãos 2020/2021 poderá ser considerada a “safra de ouro”, associando as expectativas de ampliação de produção e área plantada no Brasil e garantia de manutenção da lucratividade para as *commodities* exportadoras, em especial a soja.

Ao se confirmarem tais expectativas, vamos observar analistas saudando os benefícios para a economia nacional, assim como maior circulação de renda nas regiões produtivas, movimento no comércio e trabalho local. Para uma economia abalada mesmo antes da pandemia, os resultados na agropecuária têm servido como um respiro, diferente das altas taxas de desemprego e estagnação econômica das regiões metropolitanas.

O setor primário brasileiro aparentemente saiu de um período em que predominava o “latifúndio” e entrou na era do “agronegócio”. O segredo do sucesso é atribuído à capacidade imanente dos proprietários de gerir suas propriedades associada aos benefícios da globalização, como a demanda externa e novas tecnologias de informação e comunicação. A articulação com o capital financeiro, Lei Kandir e câmbio favorável permitiram a tração que faltava para a expansão.

Nós, economistas, somos os primeiros a exaltar quando se percebem os efeitos do salto oriundo de uma melhor gestão, aplicação de tecnologias e inserção em mer-

cados globais. O resto é secundário, como externalidades ou ação de maçãs podres, que podem ser resolvidas ao longo do processo. Portanto, negar o que está dando “certo” não é simples. Os números falam por si mesmos em favor da expansão do modelo hegemônico.

A complexidade da negação inicia em “o que negar?” Responsabilizar a soja, a tecnologia, os proprietários de terra? Por que sermos contra as *commodities* agrícolas se estamos “comoditizando” todas as nossas relações interpersonais, usando carro próprio para obter alguma renda, ou comprando alimento e lazer por aplicativos? A negação está em compreender o problema não como a soma das partes, mas como o conjunto funciona a favor de poucos, arrasta muitos por falta de opção, assim como exclui milhares que não atendem aos atributos do modelo dominante. E que, portanto, leva a mais concentração e desigualdade. É o ponto a ser negado.

Para entender o que está acontecendo, precisamos olhar o rural brasileiro nas suas diferentes dimensões. Temos que olhar as múltiplas formas de ocupação e domínio das terras, sejam nas propriedades individuais, sejam em apropriações comunais como de indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Temos que observar a resiliência da agricultura familiar, responsável pela comida que chega na mesa dos trabalhadores brasileiros e por 67% da mão de obra ocupada.

Devemos entender o que está



ocorrendo nas áreas de expansão do capital. As chamadas fronteiras agrícolas hoje devem ser encaradas como espaços em transformação numa dimensão maior. Há toda uma dinâmica de apropriação envolvida, mudanças nas relações sociais e de poder, como a criação de “cidades do agronegócio”.

Assim como são reais os ganhos de produtividade, também é verdade que a força da expansão do agronegócio está em conquistar novos espaços que proporcionem terra e trabalho abaixo da média de mercado, e implantar rapidamente o pacote tecnológico disponível a fim de produzir o que o mercado externo está faminto em comprar. Essa dinâmica não é nova, pois vem acontecendo desde o final dos anos 50 do século passado com os processos de colonização no Centro-Oeste e Amazônia.

A novidade é a relativa autonomia do capital em relação ao Es-

tado como impulsionador dessas novas ocupações. Agora, o capital se viabiliza lutando por autorregulamentação, sem controle ou condução estatal. A combinação de terra e mão de obra barata supe- ra, e muito, os custos de implantação, mesmo sem a infraestrutura inicial existente. Nas novas áreas de expansão, a produtividade total dos fatores (PTF) demonstra um crescimento significativo, pois antes, onde havia mata ou cultivos de subsistência, agora tem agricultura de precisão em escala crescente. Não estamos tratando do dilema de crescimento por área ou por produtividade; é a combinação dos dois movimentos. Ou seja, o tempo – no caso a velocidade das mudanças – destrói e reconstrói novos espaços de acumulação e desigualdade.

Tal estratégia até pode funcionar por algum tempo, enquanto impactos e efeitos são devidamente identificados e mitigados e a diversidade no rural brasileiro é respeitada. Freios e contrapesos se manifestam com políticas agrícolas, agrárias e ambientais para delimitar territórios em favor de populações indígenas e tradicionais, e manter diferentes cultivos alimentares mesmo em relativa e aparente desvantagem comercial com as *commodities* exportadoras. Mas o que se vê hoje é a destruição de todo o conjunto de iniciativas que mantinham esse equilíbrio contraditório e potencialmente conflituoso em relativa estabilidade. O “pragmatismo civilizatório” se esvaiu.

O modelo hegemônico se im-

põe sem mediações. A nova estratégia é negar a diversidade. É invisibilizar quem se opõe ou é um obstáculo à expansão, e transformá-lo ou em mão de obra barata, ou simplesmente eliminá-lo. O sinal é claro e dialoga com expectativas: qualquer palmo de terra no Brasil está à disposição para expansão. Ganhos produtivos e es-

peculativos combinados que se retoolimentam em espiral. Quem ganha com isso? Quem tem poder de monopólio para se apropriar das melhores condições de adquirir terra, mão de obra, vender a produção antes de plantar, ser financiado pelo mercado de capitais e melhorar seus *assets* com hectares valorizados no portfólio.

Nas Ciências Econômicas, somos induzidos a preferir o crescimento pelas inovações tecnológicas e seus saltos, que promovem

ganhos adicionais e melhoria do bem-estar coletivo. No rural brasileiro, devemos parar de idealizar essa “verdade escolhida”, pois os efeitos sobre pessoas reais, formas de organização de vida e sobre a natureza podem ser negativos e, em alguns casos, sem retorno. As inovações, quando alteram positivamente a vida das pessoas, são sempre bem-vindas. Porém, quando são ferramentas para a concentração e centralização de poder econômico e político, devem

Perderíamos muito com isso? Estudo realizado sobre impacto no PIB do “desmatamento zero” diz que não.

Destituir propriedades que produzem muito, mas que geram efeitos ou externalidades negativas como poluição, desmatamento, diminuição na produção de cultivos alimentares é possível? A Constituição Federal de 1988 diz que a propriedade produtiva não pode ser desapropriada. Porém, a chamada função social da propriedade deve abarcar a eficácia econômica e socioambiental das propriedades. É o que a União Europeia está exigindo para selar o acordo comercial com o Mercosul.

A excessiva concentração de propriedade em poucos controladores é um problema e o limite do tamanho de propriedade deve deixar de ser um tabu. Deve ter limites porque fere a democracia. Estamos prontos para esse debate? Estamos preparados a fazer escolhas em favor de outras possibilidades de viver, produzir e preservar no Brasil? Estamos dispostos a abrir mão de padrões atuais de consumo e acumulação para influenciar positivamente nos processos econômicos e sociais no rural brasileiro? Vamos usar nossos conhecimentos para exercer a negação ao modelo e ajudar o Brasil a fazer a melhor escolha possível, subordinando a economia à democracia; 99% da população sentirá as mudanças para melhor.

* É economista e mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e analista em reforma e desenvolvimento agrário. Foi presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, de julho de 2012 a março de 2015, e secretário de estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará, em 2007.



ser combatidas nas partes e no conjunto.

Torna-se fundamental recuperar mecanismos criados pela democracia para reequilibrar as relações de poder e evitar a concentração. A reforma agrária é uma delas, assim como a tributação sobre a riqueza e herança e a política de cotas. É necessária uma reforma agrária para viver e produzir melhor. Produzir alimentos saudáveis para uma população hoje faminta e obesa.

Garantir territórios indígenas e tradicionais também é reforma agrária, como já defendeu Chico Mendes e hoje defendem os movimentos sociais rurais.

Agricultura em rede: transformação ecológica e digital no campo

Maria Lucia Falcón*

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) atingiram um nível de importância definidor na economia do século XXI, fenômeno que vem recebendo o nome de capitalismo informacional ou de plataforma. Os seus efeitos são mais percebidos pela população no uso das redes sociais e internet através dos telefones celulares: videochamadas, mensagens de texto e voz, notícias e *fake news*. Pela internet compramos, vendemos, e agora, com o Pix, pagamos e transferimos dinheiro. Mudou radicalmente a atividade da comunicação, do marketing, dos comércios e dos bancos. Com as restrições de vida social trazidas pela pandemia da Covid-19, o trabalho remoto se tornou uma realidade para muita gente, assim como a telemedicina e a educação à distância para as crianças e jovens.

Na indústria, nos serviços e na agricultura também estão ocorrendo transformações radicais a partir das TIC, congregadas num pacote conhecido por Indústria 4.0: energia renovável gerada de forma distribuída (*smart grid*), produção controlada por Inteligência Artificial (IA), impressão em 3D, robôs, drones, enfim, máquinas ligadas em rede com processamentos de grandes volumes de dados (*big data*) que permitem o aprendizado e melhoria contínua dos processos e decisões. Elas racionalizam o uso da energia ao longo do dia; elas podem ler tomografias e fazer diagnósticos; podem analisar causas e emitir juízos nos tribunais; elas são capazes

de monitorar as lavouras para indicar manejos necessários ao controle de doenças, pragas, irrigação, dentre outros procedimentos; podem também selecionar alunos no vestibular e profissionais candidatos a uma vaga de trabalho; apoiam a segurança pública com vigilância remota e a perícia de imóveis rurais para avaliar propriedades para a reforma agrária.

Os exemplos são propositalmente amplos para garantir que o leitor perceba que não há setor econômico nem profissão que escape da transformação digital da economia. A nova hierarquia social e gerencial irá pagar e promover os trabalhadores capazes de falar a língua das máquinas, isto é, capazes de programar os algoritmos da IA e interpretar os resultados. Os demais trabalhadores devem saltar a barreira do uso da internet e passar a ser solucionadores de problemas: nível básico, mediante requisições corretas (uma reserva de hotel ou inscrição num curso *on-line*), uso de formulários eletrônicos (IRPF ou tirar passaporte); nível médio, capaz de pesquisar as informações necessárias na rede, imagens, metadados para orientar decisões.

A produtividade e a competitividade da economia pós-pandemia irão depender dos investimentos, em pessoas e nas empresas, para trabalhar com as novas tecnologias. O primeiro passo é garantir as infovias (fibra ótica e 5G) e a geração ampla de energia renovável (parques solares e eólicos no Nordeste, por exemplo), pré-requisitos para todos acessarem as redes e, com a conversão ecológica, se-

rem duplamente beneficiados pela redução dos custos de energia e da emissão de gases efeito estufa, que causam as mudanças climáticas. O segundo passo é preparar a educação para ser condutora crítica desse processo de transformação, superando os terríveis resultados do Pisa 2020, que mostram um quase completo despreparo das escolas brasileiras para as novas tecnologias e o baixo investimento na qualificação dos professores.

A nova economia tem seu modelo em rede, distribuída e inteligente, mais eficiente do ponto de vista energético, em meio real e em meio virtual. Os velhos capitais a serem queimados na transição reagem em tom de guerra comercial, retrocessos à era vitoriana em forma de minas de carvão e de costumes sociais, tudo o que for possível para dar sobrevivência às velhas minas, fábricas e latifúndios da monocultura, antes que sejam sepultados pela história. Propagam o descrédito à ciência e a manipulação da opinião pública.

Muito investimento será necessário para fazer essa transformação produtiva e social, porém o Brasil caminha no sentido contrário, uma espécie de “desplanejamento” para um trágico futuro: nem infovias nem geração distribuída de energia, nem pesquisa, nem inovação. O que é fato na economia brasileira em 2020? O real sofre a maior desvalorização de moeda no mundo; a queda do PIB e a queda dos investimentos; a fuga de capitais estrangeiros; a desindustrialização se aprofunda; a predominância das exportações de *commodities* agrícolas e minerais; a segunda maior quanti-



dade de pessoas mortas pela Covid-19 no mundo e terceiro lugar em contágios; recordes de destruição ambiental com as queimadas na Amazônia, Pantanal, e outros locais; pobreza crescente e desemprego, atenuados pelo auxílio emergencial, que se encerrará ao final de 2020; por fim, surgem o desabastecimento alimentar e inflação, causadas pelo desprezo do governo à produção da agricultura familiar e um sutil terremoto nas cadeias produtivas, que poderá se intensificar e desorganizar os mercados.

Qual lucro será garantido no médio prazo por uma política pública que destrói não apenas a base material de produção – seja a floresta, as pessoas ou a indústria –, mas também a “marca” Brasil e sua rede de compradores no mundo? Os ataques de baixo calão contra os governantes dos mais importantes parceiros comerciais, seja a Argentina, a China ou a União Europeia, não sinalizam interesses de mercado capitalista, mas sim um

paradigma subordinado e cheio de ódio pelas regras do Estado moderno e da diplomacia inteligente. Os dados das exportações confirmam a inépcia comercial do Itamaraty de 2020.

Diante dessas tendências desanimadoras, alertas devem ser emitidos para os setores financeiro, de mineração e de agronegócio, que apoiaram o “desplanejamento” do Brasil: o PIX não resolve uma ruptura nas cadeias produtivas, nem o sistema financeiro aguentará uma derrocada de grandes proporções na economia real – tanto nos mercados quanto nas contas públicas. A recuperação pós-pandemia será

uma maratona, não corrida de cem metros rasos. Não haverá agronegócio ou mineração fordista que sobreviva a num mercado global competitivo e exigente com as regras de segurança alimentar, climática e democrática (vidas indígenas e quilombolas importam).

No século XXI, o sistema de latifúndio e *plantation* que queima a floresta não se sustenta. A produção local em pequenas e médias propriedades familiares ou cooperativas, alimentos saudáveis e estoques de segurança alimentar estão sendo as estrelas no enfrentamento da crise sanitária na Europa e devem ser estimuladas no en-

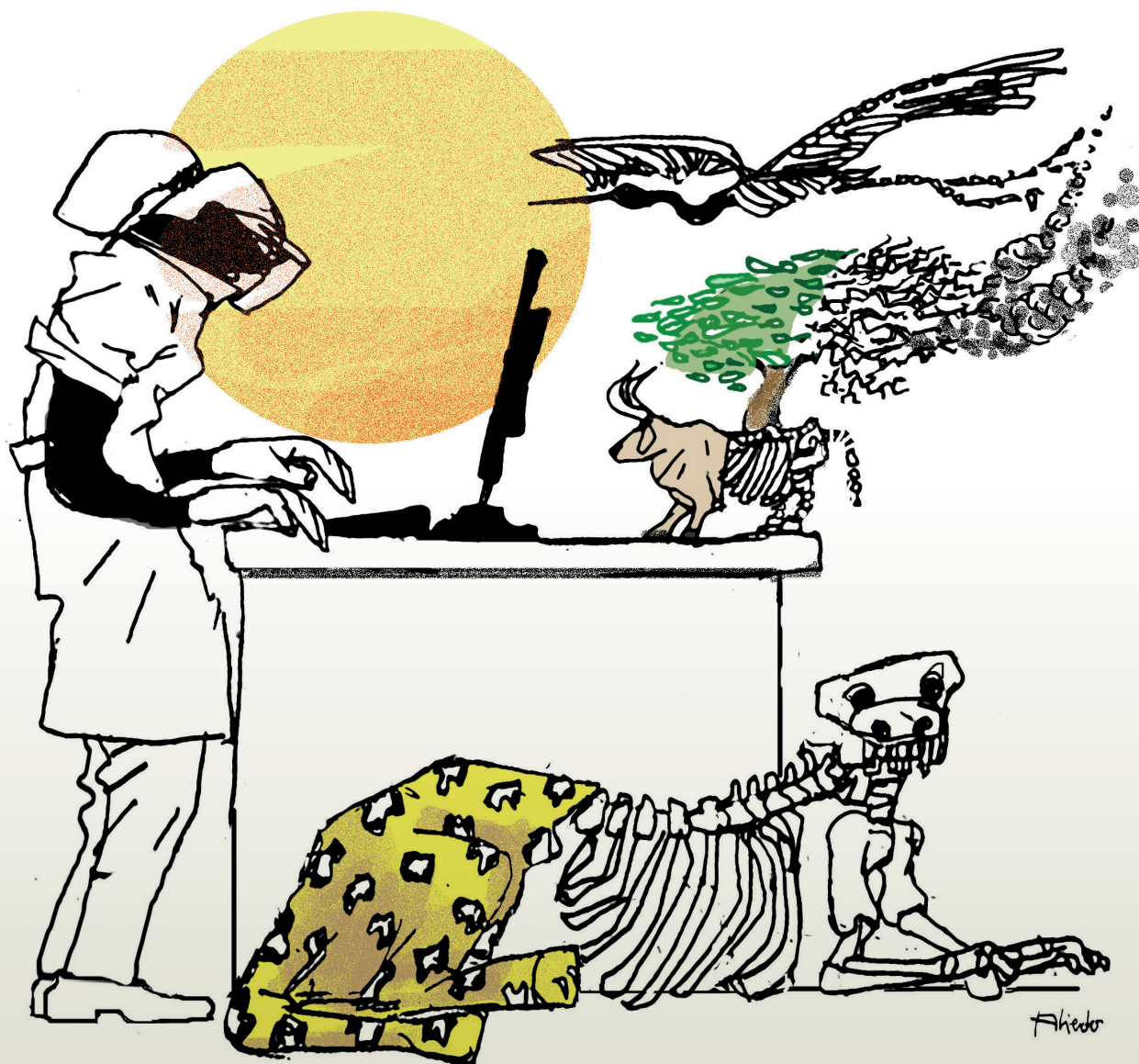
torno das redes urbanas, movidas por energia renovável autogerada. A proteína de origem animal deverá ser consumida em menor escala e produzida em outras condições tecnológicas. A produção das indústrias agroalimentares, ou mesmo outros setores do complexo agroindustrial, pode ser assumida pela agricultura familiar ou de pequeno e médio porte, que gera sua própria energia, é agroecológica e altamente competitiva, pois os jovens agricultores qualificados e suas máquinas em rede estarão à frente das empresas e cooperativas.

A cidade precisa mudar sua relação com o campo que lhe abaste-

ce, pactuando regras de comércio adequadas ao consumo consciente: de proximidade, saudável, não predatório da natureza nem das pessoas (trabalho análogo ao escravo subsiste no latifúndio brasileiro) e com qualidades culturais dos territórios. Há muito trabalho a ser feito pelos municípios e estados, com apoio federal. É preciso organizar e apoiar a rede de cidades e os arranjos produtivos locais, aliando a reforma agrária com a tecnologia e inovação. Também a reforma urbana é necessária para a inclusão produtiva das novas gerações.

Se o Brasil elevar a produtividade com uma agricultura em rede, suportada por novas tecnologias e práticas ecológicas, e se os hábitos de consumo se tornarem mais conscientes, não será necessário derrubar a floresta, nem queimar o Pantanal, desequilibrando o clima no país e no mundo. Não será necessária a grande propriedade. A natureza poderá se recompor em alguns anos. Nossas exportações terão maior valor agregado. É um cenário animador para uns e ameaçador para outros. Ele exige um instrumento que o atual sistema político não está se mostrando capaz de utilizar: negociação respeitosa entre visões de negócios e de organização social, para pactuar perdas e ganhos, decidir investimentos e desinvestimentos necessários à recuperação pós-pandemia e transformação digital e ecológica da economia.

* É pesquisadora visitante na Universidade de Santiago de Compostela / Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais e pesquisadora da RedeSist/IE/UFRJ. Foi presidente do Inkra (2015-2016), assessora do BNDES (2014), secretária de planejamento do Ministério do Planejamento (2011), secretária de Planejamento (2007-2010) e do Desenvolvimento Urbano (2012-2013) do Governo de Sergipe e secretária de Planejamento da Prefeitura de Aracaju (2001-2006).



Retomando a reforma agrária

Gustavo Souto de Noronha*

A reforma agrária se debate no Brasil desde os tempos da monarquia. O patriarca da independência José Bonifácio denunciava os latifúndios improdutivos e defendia a redistribuição de terras em favor de europeus pobres, índios, mulatos e pretos forros. A proposta de Bonifácio era avançada a ponto de incorporar elementos da defesa do meio ambiente como a preservação das matas, o reflorestamento e o uso equitativo das fontes de água.

O Brasil trilhou um caminho bastante distinto até o século 21, ignorando diversos pensadores ao longo de sua história. Joaquim Nabuco defendeu que a reparação aos negros libertos passava necessariamente pela reforma agrária e que enquanto isso não ocorresse, não estaria completa a abolição. Victor Nunes Leal denunciou os efeitos deletérios do coronelismo como um dos fatores do atraso brasileiro, coronelismo este diretamente associado ao latifúndio, que foi dissecado no clássico de Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio*.

De fato, o coronelismo mantém suas raízes no Brasil de hoje: a bancada ruralista conta com 39 senadores e 245 deputados, cerca de 48% de cada casa, enquanto apenas pouco mais de 15% da população brasileira é rural (ou cerca de 24% sob os novos conceitos de ruralidade). O livro *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*, de Alceu Luís Castilho, reforça a necessidade de se discutir uma ruptura com este setor que, em aliança também

com as bancadas da bala e da Bíblia, tem promovido grandes retrocessos no Brasil, da EC nº 95 à antirreforma trabalhista.

José Eli da Veiga já argumentava a necessidade de se realizar uma ruptura sociopolítica para destravar o desenvolvimento econômico. Esta ideia de ruptura também estava presente nas teses do economista conservador norte-americano Walt Whitman Rostow, que defendia uma ruptura com as elites tradicionais como uma das pré-condições para o desenvolvimento. Deste modo, a reforma agrária seria uma condição política para o Brasil tornar-se uma nação desenvolvida.

Argumentos econômicos não faltam para defender a necessidade de uma mudança radical na estrutura fundiária. Diversos estudos mostram que as grandes propriedades possuem custos crescentes de escala. Custos de gerenciamento, logística e mão de obra, a imprevisibilidade meteorológica, a volatilidade dos preços internacionais, além do descolamento entre o tempo de trabalho e o tempo de produção são alguns fatores que nos permitem afirmar que o setor agrícola não possui características de uma atividade capitalista no senso comum. Ademais, todas as nações cujo padrão de desenvolvimento é idealizado pela grande maioria da sociedade brasileira passaram por um processo, quase sempre radical, de democratização do acesso à terra.

Outro aspecto econômico relevante é o viés de combate à inflação de uma política de reforma agrária. A demanda por alimentos é quase inelástica; a variação

nos preços deste mercado explica-se, em parte, por um problema de oferta insuficiente para atender à demanda, mas também pela vinculação de determinados produtos aos mercados internacionais de *commodities*. Logo, a melhor maneira de se evitar uma inflação de alimentos é ao mesmo tempo buscar desvincular os preços dos alimentos dos mercados externos e aumentar a oferta de alimentos para o mercado interno. A reforma agrária cumpre ambos os papéis.

Celso Furtado, Caio Prado Junior, Ignácio Rangel, entre tantos outros pensadores sempre apontaram a necessidade da democratização da propriedade da terra como uma etapa necessária ao desenvolvimento brasileiro. João Goulart fez um discurso histórico na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em que um dos eixos centrais era a reforma agrária. A derrubada do presidente impediu que sua proposta fosse adiante.

A ditadura editou o Estatuto da Terra, gestado no governo Goulart, mas promoveu de fato uma modernização conservadora aliada à grande propriedade, que era uma das suas principais bases de sustentação política. Com a redemocratização veio o primeiro plano nacional de reforma agrária, instituído pelo Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Um acidente aéreo com a alta cúpula do Incra em 1987 interrompeu qualquer expectativa de que se avançasse a reforma agrária.



O tema só voltou a avançar um pouco no governo Fernando Henrique Cardoso, pressionado pelo massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. Todavia, apenas no primeiro governo Lula se apresentou o segundo plano nacional de reforma agrária. O primeiro mandatário petista chegaria ao fim de seu segundo governo tendo assentado cerca de 600 mil famílias de um total de quase um milhão de beneficiários da reforma agrária. Todavia, a gestão de Lula fez muitos assentamentos em terras públicas na Amazônia Legal e ocupou lotes vagos em assentamentos existentes. São processos de regularização fundiária e limitada democratização do acesso à terra que não podem ser chamados de reforma agrária. Em realidade, o índice de Gini da concentração fundiária no país esteve sempre acima de 0,8 desde 1940, 0,867 pelo Censo Agropecuário de 2017¹.

O fato é que o Brasil é o país da reforma agrária perene: sempre se fala em reforma agrária, mas

ela nunca se efetiva. Os contrários a esta pauta alegam que seria uma agenda superada, que não haveria demanda para tal política pública. Para além das famílias acampadas organizadas pelos movimentos sociais, é preciso lembrar que o Estatuto da Terra (lei 4.504 de 30 de novembro de 1964) estabeleceu como objetivo da reforma agrária eliminar o latifúndio e o minifúndio. No Brasil, uma área inferior a um módulo fiscal é considerada um minifúndio; a legislação brasileira também prevê a fração mínima de parcelamento de área que um imóvel pode ter. Tanto o módulo fiscal quanto a fração mínima de parcelamento são definidos por município; os menores valores para estas medidas no país são respectivamente cinco e dois hectares. Neste sentido, os números do Censo Agropecuário de 2017 são reveladores ao mostrar que – considerando as medidas mínimas (a maioria dos municípios brasileiros possui medidas maiores) – existem pelo menos 1,15 milhão de produtores que possuem área abaixo da fração mínima de parcelamento e no mínimo outros 1,97 milhão abaixo do módulo fiscal mínimo.

Ocorre que, no Brasil do século XXI, persiste uma disputa política e econômica entre dois modelos, que se materializa também e primeiramente na disputa pela terra. O primeiro modelo, definido pelo agronegócio patronal, que atende parte do mercado interno por meio de cadeias agroindustriais, mas principalmente está inserido no mercado internacional de *commodities*, sustentando a acumulação de cadeias agroindustriais estrangeiras. O segundo modelo tem por moldura a agricultura familiar, assentamentos

da reforma agrária e comunidades tradicionais e está fortemente vinculado à produção de alimentos para o mercado interno, além da subsistência familiar.

Os números desta disputa territorial, a partir da série histórica da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, impressionam. A área plantada de feijão em 2019 corresponde a 51,62% da área plantada em 1995; no caso do arroz, a queda foi ainda maior, em 2019 tínhamos 39,07% da área de 1995. Por outro lado, a cana-de-açúcar e a soja, produtos típicos do agronegócio patronal, expandiram e houve aumento de 117,96 e 207, 2% da área plantada, respectivamente. Ainda que os gêneros alimentícios da dieta básica brasileira tenham presenciado um im-

portante aumento do rendimento, a quantidade produzida de feijão caiu de pouco mais de 18 kg per capita para pouco menos de 14 kg por pessoa, enquanto no caso do arroz a queda foi de cerca de 69kg para 49 kg por cabeça. Isso ajuda, inclusive, a compreender as razões de uma inflação de alimentos. O cenário que mostra o Censo Agropecuário é ainda mais preocupante se olharmos que a agricultura familiar recuou de 2006 para 2017 em 9,5% no número de estabelecimentos e 17,5% em pessoal ocupado.

É preciso, portanto, retomar a agenda da reforma agrária. Uma das principais estratégias seria avançar sobre grandes devedores da União. As informações publicamente disponibilizadas pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em sua página na internet, mostram que 77 empresas ligadas ao setor agropecuário com dívidas acima de R\$ 100 milhões – excluindo da lista os débitos parcelados, garantidos ou com exigibilidade suspensa – somam uma dívida de R\$ 31,854 bilhões. Autores de crimes ambientais, terras de envolvidos com corrupção política, entre outros, são alguns caminhos possíveis para reestabelecer esta agenda indispensável para o desenvolvimento brasileiro.

* É economista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e professor da Universidade Estácio de Sá (Unesa).

1 Quanto mais próximo de 1, maior a concentração fundiária.



A Amazônia não está à venda

Carlos Walter Porto-Gonçalves*

Mais uma vez a Amazônia se vê implicada no cenário internacional, como se viu em um debate das eleições presidenciais estadunidenses. Nenhuma novidade: afinal, a coibiça internacional plasmou na região pelo menos cinco línguas coloniais: português, espanhol, inglês, francês e holandês. Essa colonialidade tende a produzir o encobrimento das mais de 180 línguas faladas ali.

Poucos procuram saber porque, mesmo depois de mais de 500 anos em que o mundo se viu sob a égide de um sistema que tem no capital seu principal *modus operandi*, a Amazônia é colocada no debate por sua enorme riqueza natural, agora vista por seu papel no equilíbrio do metabolismo planetário. Afinal, desde 1492, quando o atual sistema mundo começou a se desenhar, que sua estrutura de larga duração metrópole-satélite impôs à sua periferia a tarefa de suprir de recursos naturais as demandas de seus centros geopolíticos. No caso do Brasil, isso nos custou uma Mata Atlântica, uma Mata de Araucária, está nos levando os Cerrados e ameaça a Amazônia. E o fez com base no latifúndio monocultor de exportação com a tecnologia mais moderna disponível a cada época, do engenho de açúcar do século XVI ao trator-computador de hoje. Modernidade tecnológica, injustiça social e devastação ambiental são uma boa síntese de nossa formação territorial.

O mundo tem a Amazônia, hoje, como uma região fundamental para seu equilíbrio metabólico. No entanto, uma pergunta básica fica fora do debate. Por que, mesmo depois de 500 anos de um sistema que, por onde se implantou, foi devastando as condições de reprodução metabólica, seja na Europa, Américas e África, a Amazônia ainda apresenta toda essa pujança de vida que a humanidade parece querer preservar? O intelectual paraense de Óbidos, José Veríssimo (1857-1916), alertou que o capitalismo sempre encontrará enormes dificuldades para se implantar na Amazônia, pois a riqueza de sua floresta e rios proporcionava condições para que todos pudessem sobreviver em liberdade pela enorme produtividade biológica primária. Assim, ninguém se assalariava a não ser temporariamente. É isso mesmo: a natureza dispõe de potências próprias que lhes permite ser produtiva por meio sobretudo da fotossíntese. E nenhum lugar do mundo tem uma produtividade biológica primária por hectare tão alta como a Amazônia.

No entanto, uma ciência colonial continua dizendo que seus solos são pobres, sem conseguir explicar porque solos tão pobres sustentam a maior produtividade biológica primária por hectare do mundo. É que a cultura colonial, onde vê floresta, já vê um obstáculo ao uso da terra para fazer suas monoculturas e seus pastos para criar gado. Assim, antes do desmatamen-

to propriamente dito, cometem uma espécie de desmatamento epistemológico. Não veem que os solos amazônicos são compatíveis com a floresta, o que chegou a ser compreendido por um cientista natural alemão, Harald Sioli, que disse que “a floresta vive de si mesma” pela quantidade de matéria orgânica que oferece aos solos e do que nutre a si mesma. Há um complexo sistema solo-água-fauna-flora regido pelo Sol (fotossíntese) que mantém a floresta em pé. Assim, desmatar implica expor o solo às intempéries, à lixiviação e à laterização.

Nada disso, entretanto, impediu que a Amazônia fosse habitada – e há muito mais tempo do que dita o colonialismo. A região da atual Amazônia é habitada pelo menos há 19 mil anos na atual Amazônia colombiana ou há pelo menos 11.200 anos no Sítio da Pedra Pintada, em Monte Alegre, no Pará. Nessa época, anterior à última glaciação (13.000 a 18.000 anos atrás), na região que hoje conhecemos como Amazônia predominavam as savanas e as florestas estavam restritas a alguns refúgios.

Foi somente após o fim da glaciação que a floresta começou a colonizar esse imenso espaço de mais de 800 milhões de km², que abriga a maior bacia hidrográfica do mundo e a mais extensa, densa e biodiversa formação botânica do planeta!

Prestemos atenção ao fato de que já havia gente na região amazônica antes dessa formação florestal tão extensa e que, hoje,

o mundo se vê obrigado a debater como condição para seu futuro. Quando os europeus chegaram na Amazônia brasileira, ali habitavam mais de 8 milhões de homens e mulheres. E ninguém vive em uma região, seja ela qual for, se não sabe coletar, caçar, pescar, cultivar, curar-se (medicinas), proteger-se das intempéries (arquiteturas), enfim, se não sabe. Há um enorme acervo de saberes-fazeres de grupos sociais que souberam evoluir com, e não contra, a floresta e rios na Amazônia. Será que a humanidade está em condições de preterir esse patrimônio de conhecimentos dos povos que ali habitam ancestralmente? É de descolonização epistêmica, além da descolonização política, de verdade, que carecemos. Afinal, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. A miséria da colonialidade, com sua geopolítica do conhecimento, vem impedindo um verdadeiro diálogo de saberes que os povos indígenas, de origem africana e campesinidades demandam e não vai ser com US\$ 20 bilhões prometidos pelo senhor Joe Biden, ou pelo senhor Macron, nem tampouco com o negacionismo ambiental anti-povos da floresta dos senhores Bolsonaro e Trump que haveremos de honrar a dignidade dos povos amazônidas. Como dizia Chico Mendes (1944-1988): “Não à defesa da floresta sem os povos da floresta”.

* É professor titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF.

A Questão da Terra – que não é plana, mas planeta

Luiza Dulci*

No Brasil e na América Latina, os temas ligados às questões agrária e agrícola, muito debatidos até meados do século XX, arrefeceram em razão da industrialização, do crescimento populacional e do êxodo rural. Os focos do desenvolvimento passaram a ser a industrialização urbana e a modernização agrícola produtivista, mais conhecida como Revolução Verde. Essas transformações levaram ao aumento da concentração fundiária e da renda, à desnacionalização da agroindústria e à emergência de novas formas de controle da produção e das terras, ligadas ao *big data* e à chamada agricultura 4.0. O sistema agroalimentar distanciou-se das atividades agrícolas e da terra, ao passo que se tornou cada vez mais dependente dos processos de financeirização e industrialização dos alimentos e da capacidade logística das grandes transnacionais do setor.

No entanto, desde a virada dos anos 1990 para 2000, vivemos uma confluência de crises – social, econômica, política, alimentar e ambiental – que recolocou as atenções públicas sobre a temática da terra em nível mundial. De um lado, vimos a retomada do interesse pela terra como ativo financeiro, presente nos portfólios dos mais variados investidores nacionais, internacionais e institucionais. De outro, a ampliação das preocupações com a produção e o consumo de alimentos saudáveis, o abastecimento e a soberania alimentar. Assim, no início do século

XXI, também no âmbito acadêmico, a terra e a questão agrária voltaram às agendas de pesquisa, articuladas ao debate ambiental, em especial das mudanças climáticas.

No Brasil, a emergência dessas novas questões pôs em xeque a difícil equação sobre a qual nos equilibramos até meados dos anos 2010. Enquanto nos tornamos exemplo de busca de sustentabilidade e ampliamos as políticas de apoio à agricultura familiar, integramo-nos cada vez mais ao sistema agroalimentar por meio da exportação de *commodities* com pouco ou nenhum valor agregado. Mais recentemente, a situação se agravou sobremaneira, pois passamos à condição de vilão ambiental e ameaça real ao planeta, e a terra e as populações que dela e nela vivem tornaram-se alvo principal de violações de direitos e da violência civil e de Estado.

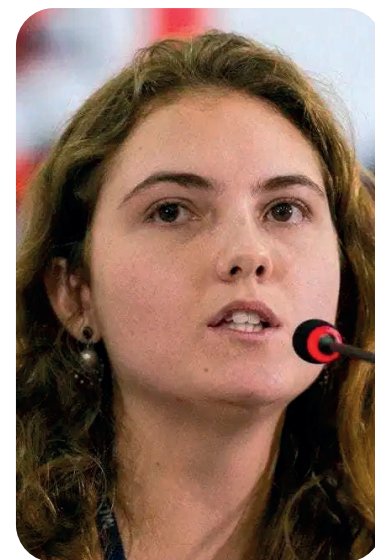
A pandemia da Covid-19 acrescentou novas nuances e desafios a esse cenário. Estudos científicos apontam que a própria origem da disseminação do vírus está ligada a práticas de desmatamento e a formas predatórias de ocupação e uso das terras. Outro aspecto diz respeito à falta de resiliência do sistema agroalimentar diante da crise. Ele não apenas se mostrou frágil, como agravou ainda mais as desigualdades no acesso à alimentação saudável. De maneira geral, a pandemia expôs parte das externalidades sociais e ambientais que sustentam e escamoteiam a viabilidade do sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos no Brasil e no mundo.

A necessidade de mudanças tornou-se ainda mais urgente

e imperativa. A defesa do direito humano à alimentação adequada requer um sistema de abastecimento organizado a partir da oferta de alimentos saudáveis em quantidade, qualidade e preço justo para produtores e consumidores. Requer, portanto, o encurtamento das distâncias, a eliminação dos desertos alimentares e a superação das monoculturas agrícolas e de pensamento que causam a esterilidade das terras e a extinção da sociobiodiversidade.

Desmatamentos na Amazônia e no Cerrado, queimadas na Amazônia e no Pantanal, crimes como os de Mariana/MG e Brumadinho/MG, privatização do saneamento básico, desnacionalização do Pré-Sal e liberação de agrotóxicos altamente poluentes e nocivos à saúde compreendem alguns dos principais problemas dos caminhos da injustiça socioambiental no Brasil recente. Evidenciam a falência de modelos hídricos, energéticos, agropecuários e extrativos essencialmente predatórios, tão incompatíveis com a vida, quanto atrasados economicamente.

Quais as possibilidades de presente e futuro do país que celebra o título de celeiro do mundo, porém desmantela as políticas de abastecimento e estoques públicos? Que passou a importar arroz, um dos alimentos base da nossa alimentação? Que vivencia acelerado processo de empobrecimento da dieta – e da cultura – alimentar e concentra 90% de sua produção agrícola em soja e milho, cuja exportação se restringe à poucos parceiros comerciais, com destaque



para a China? Um país que ainda hoje exporta bois vivos e café cru? E que, ainda mais grave, tem visto a renda de toda essa produção e exportação mineral e agropecuária ser capturada por multinacionais que muito pouco contribuem com nossa economia.

A riqueza das nossas terras, sociobiodiversidade e cultura permite uma mudança de rumos. É preciso repensar e reorganizar o sistema agroalimentar e o lugar da terra em nossa sociedade. Novos padrões de produção, distribuição, consumo e descarte devem orientar a transição ecológica em direção a um novo modelo de desenvolvimento e bem viver que combata as desigualdades a partir da diversidade produtiva, de pensamento e de formas de habitar o planeta.

* É economista (UFMG), mestre em Sociologia (UFRJ) e doutoranda em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (UFRRJ). Participa da construção da Economia de Francisco e Clara por meio da Vila Agricultura & Justiça.

“O boi é bombeiro” do Pantanal: negacionismo e militarização da crise ambiental no Brasil

Sérgio Sauer*
Patricia da Silva**

Em tempos de *O dilema das redes* – documentário imperdível sobre influência das redes sociais na formação da opinião pública, para além das *fake news* –, o importante não são fatos ou dados, mas como estes são relatados e, principalmente, disseminados. Somente a completa dissociação da realidade ou esses mecanismos de disseminação de inverdades são capazes de explicar declarações recentes como “o Brasil cuida de seu meio ambiente”; “não há nenhum foco de incêndio, nem um quarto de hectare desmatado”; “é uma mentira essa história de que a Amazônia arde em fogo” ou “o boi é bombeiro” do Pantanal.

O negacionismo ou dissociação da realidade do governo federal contrasta com as tragédias socioambientais experimentadas no país. O aumento do desmatamento e das queimadas que incendeiam a Amazônia e o Pantanal contrasta com esse negacionismo, explicitando uma gestão ambiental desastrosa e sem precedentes. Cumprindo promessas de campanha, Bolsonaro vem promovendo severos cortes orçamentários e administrativos, que resultam em ameaças a servidores; militarização da questão ambiental e fundiária; e redução das operações de fiscalização. São acompanhadas de outras promessas, como a revisão das unidades de conservação e a liberação da mineração em terras indígenas, desmantelando ferramentas de conservação ambiental e proteção a populações vulnerabilizadas, como povos indígenas e quilombolas.

Além das mudanças administrativas de janeiro de 2019 – como a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura –, a intenção é desestruturar órgãos ambientais e fundiários, particularmente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ainda em 2019, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) foi reduzido de 96 para apenas 23 integrantes, retirando representações importantes como a do ICMBio (órgão responsável pela gestão das unidades de conservação) e do Ministério Público Federal.

Apesar de todas as reações e críticas à reunião de maio de 2020, o Ministro do Meio Ambiente está

“passando a boiada”. Editou a Portaria 376 em setembro, que revogou trinta portarias, cumprindo a promessa de “passar as reformas infralégais de desregulamentação e simplificação” de regras de controle ambiental. Mais graves foram as mudanças e revogações em três resoluções do Conama, convocado às pressas por Ricardo Salles. Entre as medidas, o Conama revogou

as resoluções que estabeleciam licença ambiental para projetos de irrigação e parâmetros e definições de áreas de preservação permanente, entre outros prejuízos nas regras ambientais, especialmente relacionadas aos manguezais.

Frente às fortes críticas, inclusive internacionais, à política ambiental, a solução veio pela mão militar. Bolsonaro editou o Decreto 9.985,



em agosto de 2019, autorizando o uso das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem (GLO), para combater incêndios e crimes ambientais na Amazônia. Em fevereiro de 2020, o Decreto 10.239 transferiu o Conselho Nacional da Amazônia para a vice-presidência, passando a ser presidido por Hamilton Mourão. Alterou a composição do Conselho, que passou a ter dezenove militares e quatro delegados da Polícia Federal. O ICMBio (responsável pela gestão de 64 milhões de hectares de unidades de conservação), o Ibama (tem atribuição legal de fiscalizar e aplicar sanções) e a Fundação Nacional do Índio – Funai (que deve proteger 117 milhões de hectares de terras indígenas) não têm representação no Conselho.

A fiscalização da Amazônia está a cargo dos militares, que passaram a coordenar os órgãos públicos federais de proteção ambiental. Além desse protagonismo, os recursos públicos que deveriam ser destinados ao combate ao desmatamento e às queimadas estão sendo usado para equipar o Exército. O principal exemplo é a destinação dos R\$ 630 milhões da Operação Lava Jato, que o Supremo Tribunal Federal determinou, em 2019, para a proteção ambiental na Amazônia. R\$ 494 milhões foram carimbados para a “proteção, fiscalização e combate a ilícitos na Amazônia Legal” e R\$ 36 milhões para a Operação Verde Brasil II, lançada em maio de 2020, sob coordenação das Forças Armadas. O Ibama recebeu apenas R\$ 50 milhões, o Incra R\$ 35 milhões, sendo que o ICMBio e a Funai não tiveram nenhum repasse oriundo dos recursos do acordo com a Petrobrás.

A nota pública do Ministério da Defesa confirmou a utilização desses recursos para “financiar projetos de longo prazo dos militares pa-

ra a Amazônia, e não bancar gastos pontuais”. Além de ações de combate ao desmatamento, em julho, o Ministério da Defesa criou a “Operação Pantanal”, enviando pessoas e equipamentos para auxiliar no combate aos incêndios no Mato Grosso do Sul. Essa militarização da questão ambiental resulta, de um lado, no desmonte dos órgãos ambientais, que detêm competência legal e capacidade técnica, e de outro, desvirtua o papel constitucional das Forças Armadas, fragilizando a proteção do meio ambiente no país.

Infelizmente, os dados de desmatamento apontam para a ineficiência da estratégia de militarização da crise ambiental. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no ano de 2019, o desmatamento por corte raso atingiu 10.129 km² no território nacional (35% superior ao período anterior) e o desmatamento na Amazônia atingiu 2.254,9 km², registrando um aumento de 278% em relação ao mesmo período de 2018. Os incêndios no Pantanal, em 2020, triplicaram em relação a 2019 e queimaram 3,4 milhões de hectares. Outras fontes afirmam que esse desastre sem precedentes na história afetou 40% da área total do bioma pantaneiro. O auxílio emergencial do governo federal, mobilizando a Marinha, só aconteceu em agosto, demonstrando o descaso com a urgência na proteção ambiental.

Além da militarização, o cenário de destruição é resultado da impunidade. Conforme dados da *Human Rights Watch* (HRW), o número de multas por crimes ambientais caiu drasticamente no governo Bolsonaro, pois 2019 registrou o menor número em 24 anos. Esta queda é resultado da combinação de enfraquecimento e desmonte dos órgãos ambientais, com o afrouxamento da legislação, con-

forme as últimas ações de Salles.

Além dos problemas ambientais, as queimadas causam problemas à saúde pública, particularmente o aumento de doenças respiratórias. Também, o desmatamento e as queimadas vulnerabilizam, particularmente, povos indígenas e outras comunidades do campo e da floresta. Afetam territórios e, consequentemente, a subsistência de povos e comunidades tradicionais, destruindo áreas de cultivo, caça e a extração de ervas medicinais.

Negando impactos socioambientais, Hamilton Mourão e Ricardo Salles postam vídeo, estrelado por um mico-leão-dourado, espécie endêmica da Mata Atlântica, que nega a existência de queimadas na Amazônia. Com uma narrativa negacionista, o vídeo falso reduz o problema dos incêndios florestais a uma prática cultural de povos indígenas, comunidades locais e pequenos produtores. Nega as reais causas das queimadas, que estão diretamente vinculadas aos desmatamentos (muitos ilegais), estimulados por redes criminosas (especialmente grileiros de terras e madeireiros ilegais). Os objetivos são a exploração ilegal dos recursos naturais (madeira, minérios), inclusive com o emprego de violência, e a abertura de novas áreas para pastagem, monocultivos e especulação fundiária (grilagem e apropriação ilegal de terras).

Embora um dos principais fatores do desmatamento seja a especulação fundiária, o governo federal publicou, em dezembro de 2019, a Medida Provisória 910. Alterando a Lei 11.952, de 2009, a MP flexibilizava condições de regularização de posses irregulares de terras públicas até 2.500 hectares em todo o território nacional, ou seja, ampliava as possibilidades de grilagem.

A MP 910, a pretexto de “es-

clarecer” noções de regularidade e infração ambientais, definia que infrações seriam consideradas apenas quando esgotadas todas as instâncias administrativas. Por outro lado, a criação dos núcleos de conciliação, destinados ao julgamento administrativo de infrações ambientais, criaram mais uma instância para aplicação das sanções. Todas as autuações efetuadas pelos órgãos ambientais federais estão com efeito suspensivo, pois não há audiências de conciliação. Portanto, se fosse aprovada, a MP 910 estabeleceria um vácuo, permitindo a regularização de posses de terras com crimes ambientais.

A MP 910 perdeu eficácia, mas foi substituída pelo Projeto de Lei 2633/2020, em tramitação na Câmara. Este PL reproduz as facilidades da MP, flexibilizando critérios para a regularização da grilagem de terras. Para piorar, a Funai editou a Instrução Normativa 09, de 2020, permitindo o cadastro de ocupações particulares em terras reivindicadas por povos indígenas, mas ainda não demarcadas.

Os efeitos da flexibilização ambiental e fundiária e das narrativas negacionistas do governo federal vêm incentivando a ocupação ilegal de terras públicas e de povos do campo, provocando o aumento do desmatamento, das queimadas e dos conflitos fundiários. O trágico incêndio da Amazônia desde 2019, e mais recentemente, do Pantanal é parte fundante do negacionismo do governo Bolsonaro, que enfraquece os órgãos públicos, desmonta o aparato jurídico de proteção, flexibiliza a legislação e militariza o patrimônio ambiental brasileiro.

* É doutor em Sociologia e professor da Universidade de Brasília (UnB).

** É advogada e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader (UnB)

O desalinhamento da política assistencial carioca frente à pandemia

Em continuidade à nossa série de estudos acerca dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19, neste artigo trataremos da assistência social no Município do Rio de Janeiro. Iniciamos com uma breve contextualização sobre o sistema de assistência social, seguida pelo seu cenário no Município, com a investigação da função orçamentária correspondente entre 2010 e o primeiro semestre de 2020.

Posteriormente, adentramos nas consequências do contexto de pandemia para a assistência social e nas medidas tomadas até então pela Prefeitura para mitigar os impactos na população. Nessa seção foi destacada também a questão habitacional, devido às implicações diretas das vivências em situações de submoradia ou de rua sobre uma

maior dificuldade em adotar as medidas de prevenção necessárias atualmente.

Os dados utilizados foram coletados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e no Portal Contas Rio. Eles encontram-se deflacionados de acordo com o Índice de Preços para o Consumidor Amplo de agosto de 2020.

Assistência Social: panorama e contextualização

A assistência social possibilita a todos que vivem no Brasil a garantia de seus direitos mais básicos. Através dela, pessoas vulneráveis têm apoio, orientação, acolhimento e proteção, além de encaminhamento aos serviços da assistência social ou a ou-

tras políticas públicas, como saúde e educação. Na cidade do Rio, a responsável pela gestão e coordenação da Política Nacional de Assistência Social, Direitos Humanos, Envelhecimento Ativo e Direitos das Mulheres é a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

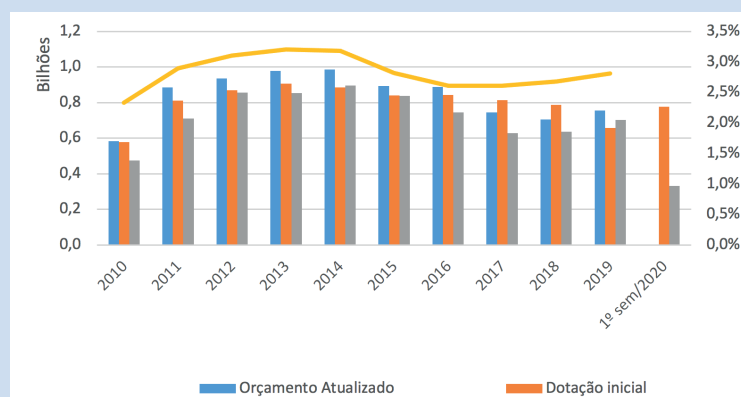
São os profissionais de assistência social que realizam o cadastro das famílias de baixa renda pelo Cadastro Único, através de unidades públicas como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)¹. No município, o número médio de famílias atendidas no Cadastro Único realizado por Cras em fevereiro de 2020 era 11.453, conforme divulgado em dados do mapa da desigualdade de 2020 da Casa Fluminense. Ademais, 13,8% de sua população é beneficiária do Bolsa Família, o que demonstra a importância da política de assistência social na cidade. Tendo isso em vista e a fim de compreendermos como a administração pública carioca vem priorizando a área, analisaremos o desempenho da função correspondente, que abrange os gastos da SMASDH, além de outras despesas correlatas e administrativas (Gráfico 1).

Encontramos uma média líquida de R\$ 739 milhões entre 2010 e 2019, bem como um per-

centual médio de 2,8% em relação ao orçamento total. A queda da despesa observada no gráfico a partir de 2015 foi acompanhada por uma redução no número de pessoas beneficiadas pelo Programa Cartão Família Carioca, que foi de 314 mil em 2014 para 307,5 mil, 255 mil e 212 mil em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. O Programa foi criado para complementar a renda de famílias residentes no Município já cadastradas e beneficiadas pelo Bolsa Família e atualmente não está aberto para novas inclusões de beneficiários.

No que diz respeito às fontes de recurso, a predominância foi de recursos ordinários não vinculados, que compuseram mais da metade do gasto em todos os anos. Em seguida, o fundo de assistência à saúde dos servidores foi responsável por, em média, 30% da despesa total do período. Como essa fonte destina-se exclusivamente ao custeio do Plano de Saúde do Servidor Municipal, devemos questionar sua dimensão e até mesmo inclusão no orçamento de assistência social, visto que beneficia apenas um segmento específico da população, dando a impressão de ser uma tentativa de inflar o gasto social. Outra fonte vinculada foi a Transferência do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social, que teve par-

Gráfico 1: Desempenho da função Assistência Social de 2010 ao 1º semestre de 2020



Fonte: RREO e Contas Rio.

ticipação menor e não ultrapassou 10% do total liquidado por fontes de recurso em nenhum ano da série. Observamos ainda que a discrepância entre os recursos arrecadados e o valor empenhado através dessa fonte chegou a R\$10,5 milhões.

Conforme o exposto, podemos constatar a redução na despesa com a função Assistência Social nos últimos anos. A seguir, analisaremos de maneira mais específica os impactos da pandemia no âmbito social e como a administração carioca tem reagido para aliviar seus efeitos.

A assistência social e a pandemia

No contexto da pandemia da Covid-19, é desejável e necessário que haja certa interrupção do consumo, com fechamento de estabelecimentos que propiciem aglomerações e interação social para impedir a propagação do vírus. Contudo, essa contração primária da demanda leva a uma diminuição da renda de pessoas que tiveram seu local de trabalho fechado, função que exercem interrompidas ou até mesmo foram demitidas durante o período. Sendo assim, há um segundo componente de queda da demanda e uma parcela da população passa a ter dificuldade até mesmo de adquirir produtos de necessidade básica, como alimentos e medicações.

Faz-se necessário, então, que os governos trabalhem para amparar a população de forma mais ampla nesse momento e o gasto com assistência social é impres-

cindível para que isso seja feito da maneira correta. Vejamos então quais ações têm sido tomadas nesse sentido na cidade do Rio.

Orçamento de assistência social no combate à Covid-19

Primeiramente, devemos reconhecer que as dificuldades trazidas pela nova crise econômica escancararam as janelas para as desigualdades sociais em muitos sentidos. Além de o aumento do desemprego e redução dos salários afetarem com mais força a classe mais baixa da população² – que tem maior restrição em adotar um regime de *home office* – os pedidos de “fique em casa” também são mais custosos para esses indivíduos. Isso porque, junto com a necessidade de adoção das medidas preventivas de quarentena vem o questionamento de que muitos não têm onde morar e outros não moram em residências com a mínima estrutura, o que levanta um debate a respeito do déficit habitacional e da indispensabilidade de políticas para revertê-lo.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a questão habitacional também é importante de ser discutida no escopo da assistência social, já que constitui um problema gritante no Município e uma boa parcela da população vive em moradias precárias, submoradias ou em situação de rua. De acordo com dados do IBGE e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, cerca de 22% dos cariocas vivem em favelas e pelo menos 15 mil estão em situ-

ação de rua³, ambientes que dificultam a tomada das precauções necessárias para impedir o contágio pelo novo coronavírus, como distanciamento e higienização frequente.

Por outro lado, com pessoas impedidas de trabalhar por causa da pandemia e sem conseguir auxílio do governo, o número de trabalhadores informais só aumenta. Isso é especialmente preocupante considerando que, segundo a FGV Social, o Rio já é a capital com maior índice de informalidade do Brasil⁴. Sendo assim, é essencial que todos os âmbitos do poder público, inclusive o municipal, concentrem esforços para amparar a parcela da população que se encontra em condições de moradia precária, desabrigada, em situação de trabalho informal e/ou com renda reduzida nesse momento de dificuldade.

A resposta da Prefeitura foi um plano de ação para o enfrentamento à pandemia no âmbito do Suas⁵, que tem a finalidade de apresentar a sistematização das ações da SMASDH voltadas para o atendimento à população mais vulnerável enquanto perdurar o estágio de pandemia e o estado de calamidade pública. O plano teve como duas de suas principais medidas a criação de espaços fixos provisórios (tendas) para atendimento à população em situação de rua, com orientação sobre as medidas de prevenção e distribuição de máscaras, kits de higiene e lanche e a observação de sintomas de síndrome respiratória aguda grave nesses indivíduos, realizando o encaminhamento para a unidade de saúde

de referência quando necessário.

Entretanto, as ações planejadas pela administração municipal não parecem se refletir no orçamento do primeiro semestre de 2020. Em um momento em que houve aumento da demanda por assistência social, a despesa com a mesma se manteve constante, com um valor liquidado igual ao de 2019. Já o gasto com habitação foi reduzido pela metade.

No tocante ao orçamento classificado como para enfrentamento à pandemia, o chamado Programa de Apoio Habitacional teve despesa proeminente e foi responsável por mais da metade do valor empenhado através da função de Assistência Social (R\$ 12,8 milhões de R\$ 24 milhões) até o início de outubro. Entre as medidas inclusas nesse escopo, podemos citar a oferta de vagas em hotéis para idosos autônomos de comunidades carentes e o acolhimento da população em situação de rua em pontos no Sambódromo e no Santo Cristo. Houve também gasto de R\$ 7,4 milhões com fornecimento de gêneros alimentícios, o que inclui a provisão de cestas básicas pela Prefeitura para a população atingida economicamente pela pandemia e para as famílias que tenham filhos matriculados no sistema de ensino municipal, como já foi ressaltado na edição anterior do *Jornal dos Economistas*.

Auxílio emergencial e a Renda Básica Carioca

Uma medida fundamental para amparar a população durante a recessão trazida pela ma-

croeconomia da pandemia é a realização de uma política de redistribuição de renda, como a realizada em nível nacional através do auxílio emergencial. Considerando o efeito devastador e prolongado do novo coronavírus na esfera social, é interessante pensar em outras formas de auxílio para complementar o federal, como feito no Rio com o projeto Renda Básica Carioca⁶.

O projeto de lei de coautoria de diversos vereadores tinha como objetivo ampliar o Programa Cartão Família Carioca durante o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia, incluindo no escopo de beneficiados os trabalhadores autônomos, ambulantes ou informais, bem como os microempreendedores individuais, que tiveram sua subsistência comprometida, com prioridade para as famílias de menor renda. Estipulou-se também que o valor mínimo do benefício deveria ser correspondente a um salário mínimo (R\$ 1.045 ou R\$ 445 para quem já recebia o benefício de R\$ 600 do governo federal, a título de complementação).

O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal no dia 14 de abril, porém, foi vetado pelo prefeito em exercício Marcelo Crivella no mês seguinte. A Prefeitura afirmou que a aprovação implicaria aumento dos gastos públicos e violaria a Lei Orgânica do Município, mas ignorou o fato de que esses recursos pode-

riam vir de créditos extraordinários⁷, como mencionado no próprio projeto de lei. No início de junho, o veto foi derrubado por votação na Câmara, o que garantiu a aprovação final da Renda Básica Carioca. O valor final do benefício e outros pormenores da sua distribuição ainda terão que ser definidos pela Prefeitura, que até o momento de escrita deste artigo não tinha regulamentado a lei.

A importância da implementação de programas de auxílio emergencial pode ser constatada a partir de um artigo publicado no blog do Instituto Brasileiro de Economia da FGV⁸, que demonstrou que o benefício federal chegou a ser responsável por mais de 55% da renda do terço mais pobre do país. Ademais, o artigo revela que o auxílio emergencial conseguiu reduzir mais a pobreza ao longo do mês de maio do que o país tinha conseguido nos últimos três anos. Isso evidencia como os benefícios dessa natureza são cruciais para o desenvolvimento social, especialmente no momento atual.

Considerações Finais

O panorama histórico do orçamento da função Assistência Social no Município revela um percentual liquidado relativamente baixo em relação ao gasto total, bem como uma grande redução do valor absoluto liqui-

dado a partir de 2015. Embora a despesa tenha voltado a subir nos últimos dois anos, ainda está longe de atingir os patamares observados anteriormente. Em contrapartida, os problemas sociais da cidade não estão melhorando e indicadores de diversas instituições demonstram essa realidade. Um obstáculo que contribui para essa insuficiência de financiamento é a vinculação limitada na área. Considerando que os recursos não vinculados representam em média quase 60% do gasto total, o âmbito da assistência social fica muito vulnerável a cortes extensivos em momentos de recessão.

Com a chegada da Covid-19, questões sociais ganharam nova importância e a administração pública carioca construiu um plano de ação para o enfrentamento da pandemia no âmbito da assistência social. Todavia, os dados coletados não transparecem uma concentração de esforços orçamentários para tal, já que a execução nas áreas correspondentes não aumentou em relação ao ano passado. Apesar de ser pertinente, o mero planejamento das medidas a serem tomadas não é suficiente e devemos ressaltar a importância da rapidez na execução orçamentária no momento atual, que exige urgência no atendimento das necessidades da população.

Outro aspecto preocupante em relação à prontidão necessária para as medidas de mitigação do efeito social da pandemia é o

veto feito pelo prefeito ao projeto Renda Básica Carioca. Caso Crivella não tivesse se oposto ao programa, o auxílio proposto já poderia ter sido regulamentado, distribuído e estar gerando retornos positivos para a população.

Em suma, podemos concluir que os instrumentos utilizados pela administração carioca têm se demonstrado insuficientes para atenuar o quadro de calamidade social que o Rio de Janeiro já vinha enfrentando e que agora se intensificou com a chegada da pandemia. É necessário que as medidas de amparo à população sejam mais amplas e que se efetivem de maneira mais ágil, uma vez que atualmente muitos dependem dos auxílios e políticas assistenciais para sobreviver a esses tempos de recessão profunda.

1 Veja mais sobre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) no artigo do Jornal dos Economistas de Agosto de 2020.

2 <https://apublica.org/2020/03/coronavirus-renda-de-mais-pobres-tera-impacto-negativo-20-superior-a-media/>

3 <https://diariodorio.com/rio-sem-casa-o-grave-problema-habitacional-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>

4 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/rio-e-a-capital-com-maior-indice-de-informalidade-do-brasil-aponta-pesquisa-da-fgv-social.ghtml>

5 Disponível no link: https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/impri-mir_materia/664229/4618

6 Projeto de lei 1728/2020.

7 Denominação que abrange os créditos orçamentários abertos para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra ou calamidade pública.

8 <https://blogdoibre.fgv.br/posts/auxilio-emergencial-faz-pobreza-cair-em-plena-pandemia>